



TESOURO NACIONAL

2023

---

# Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral

**Ministério da Fazenda**

Fernando Haddad

**Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda**

Dario Carnevalli Durigan

**Secretaria do Tesouro Nacional**

Rogério Ceron de Oliveira

**Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional**

Viviane Aparecida da Silva Varga

**Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal**

David Rebelo Athayde

**Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais**

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

**Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais**

Alex Pereira Benício

**Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais**

Rafael Perez Marcos

**Equipe Técnica**

Ana Cristina Secchi Correia

Guilherme Ceccato

Karla de Lima Rocha

Marcos Henrique Benício Araújo

Vitor Henrique Barbosa Fabel

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional****Arte**

Hugo Pullen

**Informações**

E-mail: [ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)

Disponível em: [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)

*\*Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

## Sumário

<b>1. Sumário Executivo .....</b>	<b>4</b>
<b>2. Notas Metodológicas .....</b>	<b>9</b>
2.1. Apresentação .....	9
2.2. Abrangência .....	10
2.2.1. <i>Governo Central</i> .....	10
2.2.2. <i>Governos subnacionais (estados e municípios)</i> .....	11
2.3. Fontes e metodologia .....	11
2.3.1. <i>Bases de dados</i> .....	11
2.3.2. <i>Aspectos metodológicos</i> .....	12
2.4. Revisões.....	12
2.5. Fontes externas e publicações relacionadas.....	13

## Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2022 e 2023.....	4
Gráfico 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023 .....	5
Tabela 2. Carga Tributária Bruta de acordo com a classificação econômica - Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023 ..	6
Gráfico 2. Estrutura da Carga Tributária Bruta - Governo Geral - Brasil - 2010 a 2023.....	6
Gráfico 3. Evolução da Carga Tributária Bruta - Governo Geral - Brasil e Média da OCDE - 2010 a 2023 .....	7
Tabela 3. Carga Tributária Bruta por esfera de governo e espécie tributária - Brasil - 2022 e 2023 .....	7

# 1. Sumário Executivo

Em 2023, a carga tributária bruta (CTB) do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) foi de 32,44% do PIB, o que representa uma diminuição de 0,64 pontos percentuais do PIB em relação a 2022. Na decomposição por esfera de governo, a CTB do governo central teve diminuição de 0,41 p.p. do PIB, a dos governos estaduais teve uma redução de 0,36 p.p. do PIB, enquanto os governos municipais apresentaram um aumento de 0,14 p.p. do PIB.

Este é o resultado da estimativa da carga tributária bruta do governo geral para 2023 elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)<sup>1</sup>, que segue o padrão do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do FMI<sup>2</sup>. Destaca-se que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)<sup>3</sup> é a área responsável pela publicação do dado oficial da carga tributária no Brasil.

*Tabela 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2022 e 2023*  
 Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes e % do PIB  
 Fonte: STN

Esfera de governo	R\$ Milhões		% PIB		Variação		
	2022	2023	2022	2023	R\$ Milhões	% Nominal	p.p. PIB
Governo Central	2.258.551	2.387.790	22,41%	21,99%	129.239	5,7%	-0,41
Governos Estaduais	855.057	881.380	8,48%	8,12%	26.323	3,1%	-0,36
Governos Municipais	219.925	252.147	2,18%	2,32%	32.222	14,7%	0,14
<b>Governo Geral</b>	<b>3.333.534</b>	<b>3.521.318</b>	<b>33,07%</b>	<b>32,44%</b>	<b>187.784</b>	<b>5,6%</b>	<b>-0,64</b>

Obs.: Dados preliminares.

No que se refere à arrecadação federal, destaca-se o aumento de 0,33 p.p. do PIB na receita com o Imposto sobre a renda retido na fonte - IRRF, resultado dos seguintes acréscimos: i) rendimentos do capital, incluindo os recolhimentos decorrentes da tributação dos fundos de investimento assinalados no art.28, inciso I, da Lei nº 14.754/2023; e ii) rendimentos do trabalho assalariado. Por outro lado, destaca-se a diminuição das receitas com Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 0,45 e 0,21 p.p. do PIB, respectivamente, desempenho que pode ser explicado basicamente pelos decréscimos reais de 14,46% da estimativa mensal, de 34,12% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022, e de 4,11% no balanço

<sup>1</sup> A estimativa da carga tributária bruta foi elaborada para atendimento à solicitação da CGU para compor a Prestação de Contas da Presidência da República. Para maiores informações ver Nota Metodológica disponível na página 10.

<sup>2</sup> [IMF's Government Finance Statistics Manual 2014](#)

<sup>3</sup> A publicação Carga Tributária no Brasil pode ser acessada no sítio eletrônico localizado no endereço: [Carga Tributária — Receita Federal \(www.gov.br\)](#)

trimestral. Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 5 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, no período de janeiro a dezembro de 2023 contra R\$ 42 bilhões no mesmo período de 2022.

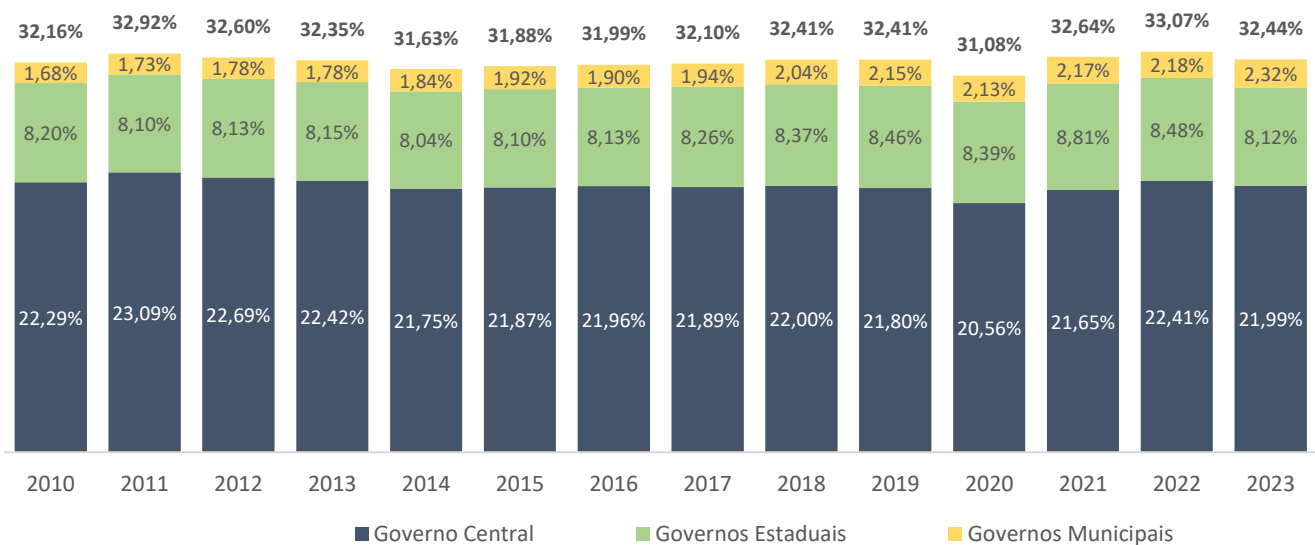
Na esfera estadual a redução da carga tributária deveu-se basicamente à diminuição de 0,44 p.p. do PIB do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. A redução na arrecadação do ICMS no ano de 2023 foi influenciada por medidas implementadas ainda em 2022, como a Lei Complementar nº 194, que estabeleceu limites para as alíquotas de ICMS sobre os bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, além de isenções e mudanças na incidência do imposto, como a exclusão de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica da base de cálculo do tributo. Essa redução na arrecadação do imposto persistiu em 2023, apesar do ajuste promovido por algumas unidades federadas em suas alíquotas de ICMS, com a entrada em vigor da alíquota *ad rem* para combustíveis, com valores fixos por unidade de medida e uniformes em todo o território nacional. Por outro lado, houve aumento de 0,10 p.p. do PIB no Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA em 2023.

Já nos governos municipais o aumento da carga tributária está relacionado ao aumento da arrecadação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, com aumento de 0,10 p.p. do PIB em relação a 2022. Essa variação foi influenciada pelo crescimento de 2,3% no volume de vendas de serviços (PMS/IBGE), quando comparado o resultado acumulado de 2023, frente a igual período de 2022.

**Gráfico 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023**

Dados em: % do PIB

Fonte: STN

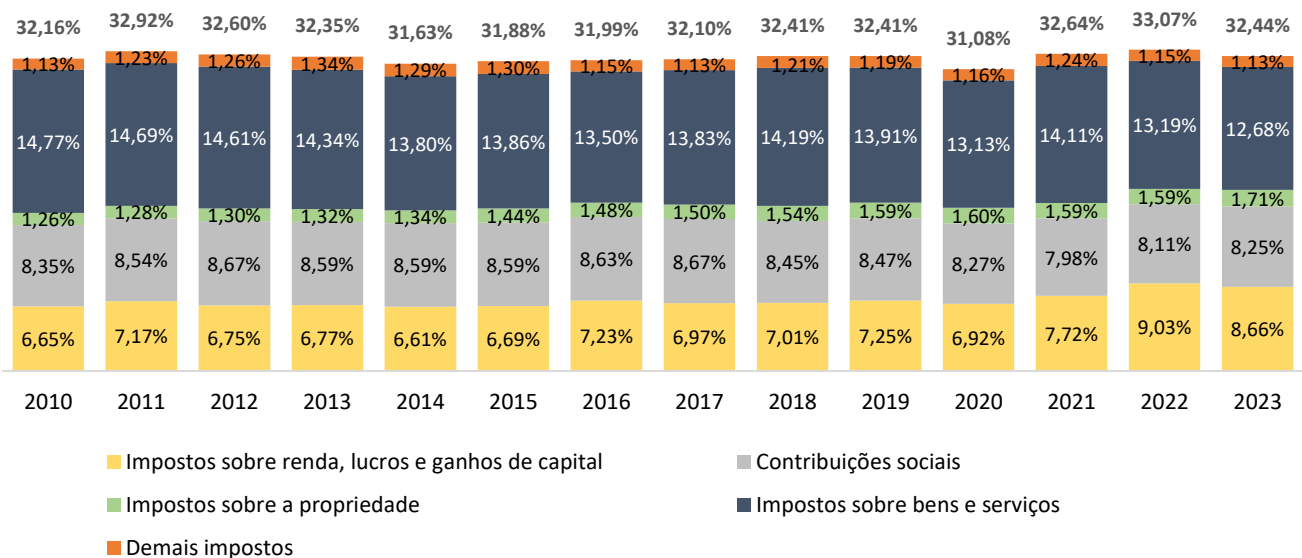


**Tabela 2. Carga Tributária Bruta de acordo com a classificação econômica - Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023**  
 Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes e % do PIB  
 Fonte: STN

Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2022	2023	2022	2023
<b>Governo Geral</b>	<b>3.333.534</b>	<b>3.521.318</b>	<b>33,07%</b>	<b>32,44%</b>
<b>Impostos</b>	<b>2.515.612</b>	<b>2.625.607</b>	<b>24,96%</b>	<b>24,19%</b>
Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	910.263	940.590	9,03%	8,66%
Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	57.061	64.377	0,57%	0,59%
Impostos sobre a propriedade	159.965	186.090	1,59%	1,71%
Impostos sobre bens e serviços	1.329.289	1.376.037	13,19%	12,68%
Impostos sobre o comércio e transações internacionais	59.034	58.514	0,59%	0,54%
Outros impostos	0	0	0,00%	0,00%
<b>Contribuições sociais</b>	<b>817.921</b>	<b>895.711</b>	<b>8,11%</b>	<b>8,25%</b>
Contribuições para o RGPS	518.970	572.485	5,15%	5,27%
Contribuições para o RPPS	122.632	126.567	1,22%	1,17%
Contribuições para o FGTS	156.298	175.433	1,55%	1,62%
Contribuições para o PASEP	20.022	21.225	0,20%	0,20%

Obs.: Dados preliminares.

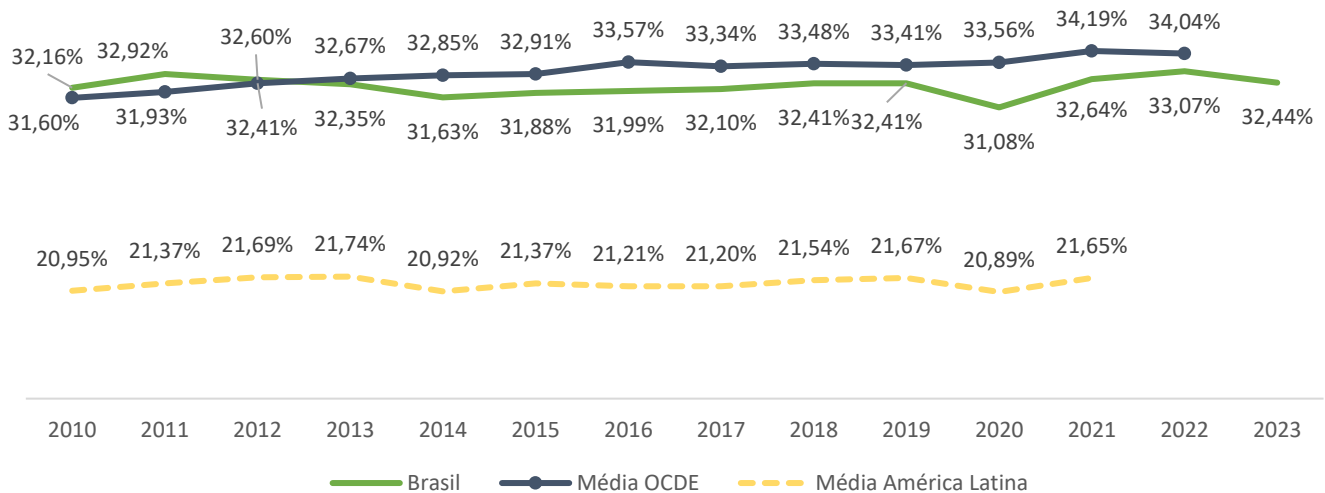
**Gráfico 2. Estrutura da Carga Tributária Bruta - Governo Geral - Brasil - 2010 a 2023**  
 Dados em: % do PIB  
 Fonte: STN



**Gráfico 3. Evolução da Carga Tributária Bruta - Governo Geral - Brasil e Média da OCDE - 2010 a 2023**

Dados em: % do PIB

Fonte: STN e OCDE - Revenue Statistics



Obs.1: Dados da OCDE disponíveis até 2022.

Obs.2: A Média OCDE é composta pelos países que fazem parte da OCDE exceto Austrália e Japão que não enviaram as informações até a data de fechamento do Boletim.

Obs. 3: A Média América Latina é composta pelos países da América Latina e Caribe exceto Venezuela.

**Tabela 3. Carga Tributária Bruta por esfera de governo e espécie tributária - Brasil - 2022 e 2023**

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes e % do PIB

Fonte: STN

Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2022	2023	2022	2023
<b>Carga Tributária Bruta Total - Governo Geral</b>	<b>3.333.534</b>	<b>3.521.318</b>	<b>33,07%</b>	<b>32,44%</b>
<b>Carga Tributária Bruta Total - Governo Central <sup>1/</sup></b>	<b>2.258.551</b>	<b>2.387.790</b>	<b>22,41%</b>	<b>21,99%</b>
<b>Impostos</b>	<b>1.512.805</b>	<b>1.568.094</b>	<b>15,01%</b>	<b>14,44%</b>
<b>Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital</b>	<b>910.263</b>	<b>940.590</b>	<b>9,03%</b>	<b>8,66%</b>
Imposto sobre a renda da pessoa física - IRPF	55.059	55.378	0,55%	0,51%
Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ	281.264	254.087	2,79%	2,34%
Imposto sobre a renda retido na fonte - IRRF <sup>2/</sup>	417.774	486.061	4,14%	4,48%
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	156.093	145.003	1,55%	1,34%
Outros impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital	72	61	0,00%	0,00%
<b>Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra</b>	<b>57.061</b>	<b>64.377</b>	<b>0,57%</b>	<b>0,59%</b>
Contribuição social do salário-educação	27.024	30.441	0,27%	0,28%
Contribuições para o Sistema S <sup>3/</sup>	27.273	30.826	0,27%	0,28%
Outros impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	2.764	3.110	0,03%	0,03%
<b>Impostos sobre a propriedade</b>	<b>2.614</b>	<b>3.062</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	2.594	3.041	0,03%	0,03%
Outros impostos sobre a propriedade	20	21	0,00%	0,00%

Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2022	2023	2022	2023
<b>Impostos sobre bens e serviços</b>	<b>483.832</b>	<b>501.553</b>	<b>4,80%</b>	<b>4,62%</b>
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	271.903	286.870	2,70%	2,64%
Contribuição para o PIS	58.408	61.573	0,58%	0,57%
Imposto sobre produto industrializado	58.944	58.073	0,58%	0,53%
Impostos sobre transações financeiras - IOF	58.989	61.716	0,59%	0,57%
CIDE-Combustíveis	1.660	1.195	0,02%	0,01%
Contribuição sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios	3.844	3.905	0,04%	0,04%
Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais - DPVAT	3	1	0,00%	0,00%
CIDE - Remessas ao Exterior	7.925	9.865	0,08%	0,09%
Taxas administrativas	5.817	6.635	0,06%	0,06%
Outros impostos sobre bens e serviços	16.339	11.719	0,16%	0,11%
<b>Impostos sobre o comércio e transações internacionais</b>	<b>59.034</b>	<b>58.514</b>	<b>0,59%</b>	<b>0,54%</b>
Imposto sobre a Importação	58.981	54.074	0,59%	0,50%
Imposto sobre a Exportação	53	4.440	0,00%	0,04%
<b>Outros impostos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Contribuições sociais</b>	<b>745.746</b>	<b>819.696</b>	<b>7,40%</b>	<b>7,55%</b>
Contribuições para o RGPS	518.970	572.485	5,15%	5,27%
Contribuições para o RPPS	50.456	50.552	0,50%	0,47%
Contribuições para o FGTS <sup>4/</sup>	156.298	175.433	1,55%	1,62%
Contribuição para o PASEP	20.022	21.225	0,20%	0,20%
<b>Carga Tributária Bruta Total - Governos Estaduais <sup>5/</sup></b>	<b>855.057</b>	<b>881.380</b>	<b>8,48%</b>	<b>8,12%</b>
<b>Impostos</b>	<b>803.965</b>	<b>829.959</b>	<b>7,98%</b>	<b>7,65%</b>
<b>Impostos sobre a propriedade</b>	<b>78.538</b>	<b>96.219</b>	<b>0,78%</b>	<b>0,89%</b>
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.218	1.213	0,01%	0,01%
Imposto sobre Trans. "Inter Vivos" de Bens e de Dir. Reais sobre Imóveis - ITBI	521	546	0,01%	0,01%
Imposto sobre Trans. "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCD	12.874	14.714	0,13%	0,14%
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA	63.925	79.746	0,63%	0,73%
<b>Impostos sobre bens e serviços</b>	<b>725.427</b>	<b>733.740</b>	<b>7,20%</b>	<b>6,76%</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	695.076	700.396	6,90%	6,45%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.639	3.075	0,03%	0,03%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	226	285	0,00%	0,00%
Taxas administrativas	27.481	29.984	0,27%	0,28%
Outros impostos sobre bens e serviços	4	0	0,00%	0,00%
<b>Contribuições sociais</b>	<b>51.092</b>	<b>51.421</b>	<b>0,51%</b>	<b>0,47%</b>
Contribuições para o RPPS	51.092	51.421	0,51%	0,47%
<b>Carga Tributária Bruta Total - Governos Municipais <sup>6/</sup></b>	<b>219.925</b>	<b>252.147</b>	<b>2,18%</b>	<b>2,32%</b>
<b>Impostos</b>	<b>198.843</b>	<b>227.554</b>	<b>1,97%</b>	<b>2,10%</b>
<b>Impostos sobre a propriedade</b>	<b>78.813</b>	<b>86.809</b>	<b>0,78%</b>	<b>0,80%</b>
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	59.471	65.305	0,59%	0,60%
Imposto sobre Trans. "Inter Vivos" de Bens e de Dir. Reais sobre Imóveis - ITBI	18.922	21.114	0,19%	0,19%
Outros impostos sobre a propriedade	421	389	0,00%	0,00%



Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2022	2023	2022	2023
<b>Impostos sobre bens e serviços</b>	<b>120.030</b>	<b>140.745</b>	<b>1,19%</b>	<b>1,30%</b>
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	101.570	120.182	1,01%	1,11%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	12.776	14.026	0,13%	0,13%
Taxas administrativas	5.684	6.537	0,06%	0,06%
Outros impostos sobre bens e serviços	0	0	0,00%	0,00%
<b>Contribuições sociais</b>	<b>21.083</b>	<b>24.594</b>	<b>0,21%</b>	<b>0,23%</b>
Contribuições para o RPPS	21.083	24.594	0,21%	0,23%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Fonte: SIAFI. Composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil.

2. Inclui a receita de Estados e Municípios proveniente da arrecadação do Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre rendimentos por eles pagos a seus servidores e empregados.

3. Fonte: RFB

4. Fonte: Demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

5. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Os dados a partir de 2019 foram elaborados com as informações disponibilizadas na Matriz de Saldos Contábeis.

6. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Os dados a partir de 2022 foram elaborados com as informações disponibilizadas na Matriz de Saldos Contábeis. Destaca-se que foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de Municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes de dados.

## 2. Notas Metodológicas

### 2.1. Apresentação

Este relatório foi elaborado para atendimento à demanda do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União solicitando informações à Secretaria do Tesouro Nacional relativas à Prestação de Contas do Presidente da República, especificamente quanto à Estimativa da Carga Tributária: Estimativa da Carga Tributária Nacional por espécie tributária e esfera governamental para o ano de referência.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é a área responsável pela publicação, em formato anual, da carga tributária na abrangência de governo geral, conforme definido no “Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia”, estabelecido na Portaria n.º 284, de 27 de julho de 2020, Anexo I, Capítulo I, art. 1º, que trata das competências da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em especial os incisos IX e XIII e parágrafo único:

*“IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, além de coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;*

*XIII - elaborar estudos e estatísticas econômico-tributários para subsidiar a formulação das políticas tributárias e, em relação ao comércio exterior, estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;”*

*“Parágrafo único. No que se refere ao disposto no inciso XIII do caput, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil exercerá as suas competências em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria da Secretaria Especial de Fazenda.” (grifo nosso)*

A publicação Carga Tributária no Brasil pode ser acessada no sítio eletrônico localizado no endereço <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/carga-tributaria>.

Dessa forma, é importante destacar que o trabalho realizado pela STN não se trata de informação oficial da carga tributária bruta, mas de estimativa realizada com base em técnicas estatísticas, com o uso das bases de dados disponíveis para a produção de estatísticas de finanças públicas.

Estatísticas de finanças públicas (EFP) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise.

## **2.2. Abrangência**

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipal) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

### **2.2.1. Governo Central**

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também foram considerados os dados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP

(Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público); bem como os dados das entidades do Sistema S (SESI, SENAI, SEBRAE, SENAC, etc.) com o objetivo de manter a consistência com a estatística de carga tributária elaborada pela RFB.

### **2.2.2. Governos subnacionais (estados e municípios)**

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também são agregados aos respectivos entes.

## **2.3. Fontes e metodologia**

### **2.3.1. Bases de dados**

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídas contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi<sup>4</sup>. A partir de 2019 os dados utilizados para os governos estaduais foram extraídos da Matriz de Saldos Contábeis (MSC), que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

Para os municípios, a partir de 2022, os dados utilizados também passaram a ser extraídos da MSC. Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disso, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a algumas inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua

---

<sup>4</sup> <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como os próprios relatórios bimestrais do FINBRA e portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados. Essa metodologia foi aplicada até 2018 para estados e até 2021 para municípios, quando passaram a ser utilizados os dados da MSC, que possui periodicidade mensal.

### **2.3.2. Aspectos metodológicos**

Para o escopo desse trabalho, a estimativa da carga tributária corresponde à razão entre o total dos tributos arrecadados pelas três esferas de governo e o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB utilizado nesse trabalho corresponde ao indicador oficial publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

A estimativa da Carga Tributária Bruta passou a integrar a Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR) de 2014, referente ao ano de 2013. Cabe ressaltar que até 2012 o TCU era responsável pela estimativa da Carga Tributária Bruta na PCPR, cálculo este realizado pelo IPEA a pedido do TCU na PCPR 2013.

## **2.4. Revisões**

As revisões das EFP são realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o governo central. Esta alteração busca atender orientação expressa no §5.34 do *Government Finance Statistics Manual (GFSM 2014)*, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a

autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Siconfi. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

## 2.5. Fontes externas e publicações relacionadas

### **Estatísticas Fiscais do Governo Geral:**

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

### **Manual de Estatísticas Fiscais:**

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

### **Government Finance Statistics Manual 2014:**

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>